

# Apresentação

A internet como mediadora das interações sociais teve início em meados dos anos 1990. Entretanto, de lá para cá, seu uso tem passado por transformações contínuas devido ao seu crescente desdobramento em motores de busca potentes, novas plataformas, aplicativos e, sobretudo, devido à proliferação de dispositivos móveis computadorizados. Não é por acaso que a Web passou a ser numerada para caracterizar suas diferentes fases como a Web 1.0 (Web dos sites e portais estáticos, de visitação), a Web 2.0 (Web interativa das redes sociais, dos *blogs*, das *Wikis* e dos equipamentos móveis), a Web 3.0 com seus filtros mais apurados para atender às buscas dos usuários e, hoje, a Web 4.0, com seus mais recentes incrementos, entre eles, a utilização de algoritmos de Inteligência Artificial (IA) para monitorar as postagens dos usuários.

Nas suas primeiras fases, a Web produziu muita euforia pelas promessas de democratização da comunicação graças aos seus lugares de participação para todos, suas formas emergentes de socialização, suas comunidades virtuais, trabalhos em equipe e primeiros buscadores. Foi também a fase dos movimentos sociais de rua dependentes de processos de contágio por meio das redes digitais (*smartmobs*). Entretanto, esse período de lua de mel não durou muito. Passo a passo, as redes começaram a entrar em uma fase de anticlímax, uma fase meio insana de postagens lacradoras, xingamentos e destilações de ódio, especialmente em momentos de aquecimento político. O anticlímax acentuou-se de 2016 para a frente, sob efeito da eleição de Trump, da vitória do Brexit, do escândalo do Cambridge Analytica e do Facebook, pela venda de dados pessoais para propósitos eleitorais. Pouco depois, a disseminação de *fake news* foi se tornando cada vez mais desmedida, em função da proliferação de *bots*, empresas que vendem perfis falsos de redes sociais dos quais se valem para a circulação de conteúdos que simulam, tanto na visualidade quanto nos mecanismos de interatividade, atividades dos usuários das redes. Com isso, acaba por se constituir uma verdadeira indústria de *bots*, um mercado clandestino destinado a aumentar o número de seguidores e de *likes* em determinadas contas para propagar mentiras.

Tenho feito uso de três grandes fatores para caracterizar o estágio em que se encontra a Web hoje. Dada a onipresença da Web na vida social e pessoal, esses fatores são igualmente capazes de caracterizar o perfil da cultura em que vivemos.



O amálgama, as misturas e o hibridismo é o primeiro atributo caracterizador de uma Web de todas as Webs. Há algumas décadas, desde a inseminação da digitalização nas sociedades e na vida humana, tornou-se praticamente impossível deixar de usar o termo “hibridismo” para caracterizar tudo que diz respeito às redes, visto que, de 1990 para cá, a hibridização tornou-se a marca registrada das redes nas quais proliferam múltiplas plataformas, aplicativos e telas, povoadas de dilúvios de signos heterogêneos.

O segundo atributo de que lanço mão para caracterizar a Web é aquilo que passei a chamar de emaranhado temporal. De fato, a questão do tempo é crucial para se compreender a quebra, a ruptura com quaisquer visões lineares do tempo no funcionamento reticular das redes, cujos *links* se movem em múltiplas direções, sem começo, nem fim, sem centros, nem periferias: tudo ao mesmo tempo, em uma multiplicidade de tempos. De fato, o digital veio para embaralhar todas as cartas no jogo do tempo: simultaneidade, sincronidade, o passado no presente, o presente de muitos passados, futuros antecipados pelas simulações computacionais, etc. Isso que apenas se anunciava há poucas décadas se intensificou cada vez mais, de modo a se constituir no segundo atributo relevante para o diagnóstico da conjuntura atual da Web.

O terceiro atributo a que recorro para caracterizar a Web se encontra na mudança do ritmo da própria mudança, ou seja, na aceleração. A mudança de ritmo fica muito nítida quando observamos a rapidez das transformações pelas quais a Web passou em menos de trinta anos. Dou a isso o nome de giros copernicanos das redes sociais. De quando em quando, as redes promovem verdadeiros giros copernicanos nos seus modos socializados de funcionamento. Para tornar isso evidente, basta marcar algumas grandes conjunturas.

Conjuntura inicial: quando a *internet* começou a disseminar o computador como mídia comunicacional interativa e planetária, sob o nome de cibercultura, essa condição foi recebida com grande euforia. Embora já houvesse vozes distópicas, predominavam discursos sobre a democratização da informação. De fato, não era pouco o encantamento diante das formas emergentes de socialização, de trabalhos em equipe, dos portais, dos *sites*, dos primeiros buscadores.

Primeiro giro copernicano: chamado de Web 2.0, esse giro refere-se ao momento em que, graças às novas plataformas de relacionamento, Twitter, Facebook e outras mais, o usuário tomou o poder sobre as redes, facilitado pelos dispositivos móveis. Reinavam, então, as *wikis*, os *blogs* que atraíam as comunidades sociais de usuários como abelhas ao mel.

Segundo giro copernicano: deu-se, então, a entrada das redes na era do anticlímax. É a fase dos antagonismos, que, ao fim e ao cabo, terminam sempre por se aproximar dos extremos maniqueístas, sem constrangimento ou qualquer autocrítica. Isso se constitui em uma verdadeira guerra simbólica que tem marcado o processo político brasileiro nos últimos anos e continua muito presente hoje em dia.

Terceiro giro copernicano: embora as redes digitais continuem a provocar muitíssimo frisson, tanto quanto posso ver, elas se constituem hoje apenas na ponta do *iceberg*, pois as sociedades humanas entraram decididamente em uma nova era. Alguns a chamam de segunda era da *internet*. É tamanha a variedade atual dos recursos digitais que parece justa a nomenclatura da Web 4.0 para

abrigar os grandes temas do momento, cuja sequência não custa repetir: computação na nuvem, *internet* das coisas ou comunicação máquina-máquina, *internet* dos corpos, big data, cidades inteligentes, tudo isso incrementado pela inteligência artificial.

De fato, as redes entraram decididamente no universo da dataficação e da inteligência artificial. Tudo que é postado nas plataformas das grandes empresas de tecnologia é manipulado por algoritmos capazes de desenhar de modo capilar o perfil de cada usuário em um processo inédito de vigilância e invasão da privacidade. Dois documentários sobre isso veiculados pela Netflix, *Privacidade hackeada* (2019) e *O dilema das redes* (2020), potencializaram uma visão negativista e profundamente distópica das redes. Contudo, é preciso lembrar que as redes são muitíssimo mais complexas do que cabe em uma visão exclusivamente distópica. Hoje, nelas também convivem muitos outros benefícios, como *games* e plataformas educativas, e-comércio, contextos geoespaciais, etc.; elas convivem, ainda, com o incremento da conectividade graças aos metadados semânticos; com a ubiquidade que permite a conexão de quaisquer recursos à Web, de modo que os mais variados serviços podem ser utilizados em todos os lugares.

Tendo em vista o panorama acima delineado, este número dos *Cadernos Metrópole*, dedicado ao tema das ambivalências e contradições das redes digitais no social, visa a explorar os rebatimentos das redes digitais no campo das ciências sociais. Nesse contexto, esta introdução tem por tarefa apresentar um panorama dos artigos que compõem o volume, de modo a desenhar tendências e agrupamentos de temas capazes de caracterizar o estado da arte da questão.

Os artigos podem ser vistos em agrupamentos de proximidade temática. *A relação público/privada na juventude mediada pelas plataformas de redes sociais digitais*, de autoria de Rodrigo Otávio dos Santos, trata explicitamente do papel multifacetado desempenhado pelas redes digitais na vida social e de suas interferências na dissolvência da demarcação das antigas fronteiras entre público e privado. Essa dissolvência se dá especialmente para os jovens que, sob efeito das grandes plataformas de infotainment (informação e entretenimento), não encontram mais possíveis marcadores entre os campos da privacidade e dos espaços públicos. De um ponto de vista distinto, mas também voltado para a questão hoje candente das relações entre o público e o privado, o artigo de Vinicius Nakama e Heloisa Macena, *Modelos institucionais de Parcerias Público-Privadas: habitação social no Brasil e nos Estados Unidos*, desenvolve um estudo comparativo de parceria público-privada, com atenção a um estudo de caso de habitação social no Brasil, revelando os obstáculos encontrados para a sua consolidação.

Preocupado com as imbricações das redes digitais na vida social, encontra-se o artigo *O sujeito, as coisas e a rede nas Jornadas de Junho*, assinado por Gustavo Souza Santos. Os novos movimentos sociais – de que as Jornadas de Junho, como ficaram nomeadas, são exemplares no Brasil – perderiam seu poder explicativo sem que se recorresse à emergência das redes como força mediadora de laços expandidos de uma sociabilidade contingencial reivindicatória. Dentro desse mesmo teor, por afinidade, o artigo *Ativismos e insurgências no Largo da Batata em São Paulo*, de Cintia Elisa de Castro Marino e Eliana Rosa de Queiroz Barbosa, por meio de pesquisa exploratória, analisa os efeitos que os activismos das redes colaborativas provocam na produção

urbana transformadora. Também por afinidade no que diz respeito a ações de militância, Paulo Romano Reschilian, Fabiana Félix do Amaral e Silva e Lidiane Maria Maciel, no artigo sob o título de *O simulacro participativo: revisão do Plano Diretor de São José dos Campos*, analisam a resistência da sociedade civil contra a ação discricionária do poder público municipal.

O big data e os algoritmos são objetos de estudo de dois artigos: de um lado, *La utilidad del Big Data en las estadísticas públicas y empresas privadas*, de Fernando Ariel Manzano e Daniela Avalos; e, de outro lado, *Autonomia individual em risco? Governamentalidade algorítmica e a constituição do sujeito*, de Marco Antonio Souza Alves e Otávio Morato de Andrade. Ambos os artigos enfrentam as consequências contraditórias do universo datificado. É um tipo de contradição que recai especialmente sobre as estatísticas resultantes do tratamento algorítmico dos dados, questão trabalhada no primeiro artigo, assim como, no segundo artigo, sobre as formas de governabilidade, que, vistas à luz do pensamento foucaultiano, revelam o apagamento de quaisquer chances de autonomia para dar lugar a um coletivo despido de resistência ao poder.

As perversões do universo da imagem aparecem sob dois pontos de vista. *A percepção de conservadores e progressistas sobre memes desinformativos nas eleições 2020*, assinado por Rosemary Segurado, Tathiana Senne Chicarino e Desirée Luíse Lopes Conceição, evidencia que a desinformação não viceja apenas no mundo discursivo, mas extrapola também para os memes, um fenômeno semiótico visual amplamente utilizado no Brasil, tanto para o humor quanto para a enganação. A comparação entre os modos de ver dos conservadores e progressistas faz avançar o conhecimento sobre os efeitos sociais dos memes. Sob outro ponto de vista, mas ainda dentro da análise da imagética digital, de autoria de Juliana de Godoy, Lucas Ponte Mesquita e Letícia Martins Nunes, o artigo *“Metrópoles-coaches”: o valor da imagem como valor de troca*, imaginativamente transpõe o fenômeno viral do coach para caracterizar as novas feições da metrópole na qual o valor de troca se apresenta agora transformado em valor de imagem, ou seja, vale o que *prima facie* se vê.

São vários os artigos voltados especificamente para questões relativas aos espaços urbanos. Plena de contradições é a *Apropriação e expropriação das terras indígenas na cidade de São Paulo*, denunciada no artigo de Robson Silva Oliveira, Valéria Regina Zanetti e Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali. Estudos de casos sobre a infraestrutura urbana e sobre a expansão urbana são tratados em *Índice de Requalificação da Infraestrutura Urbana: o viaduto central em Brasília*, assinado por Stefano Galimi, Márcio Augusto Roma Buzar e João da Costa Pantoja, assim como em *Expansão urbana e ambiente nas gestões municipais de Vila Velha-ES entre 2009-2016*, de autoria de Marcio Valério Effen e Augusto Cesar Salomão Mozine.

A questão da mobilidade urbana, de fundamental relevância nas grandes metrópoles, é tratada por Livia Ferreira Velho Rodrigues, Alexandre Gori Maia e Cristiane Silva de Carvalho, sob o ponto de vista do poder público voltado para a sustentabilidade, no estudo sobre *Políticas públicas e mobilidade urbana sustentável: análise comparativa entre Groningen e Campinas*. Também relacionados às ações do poder público sobre o território urbano, encontram-se dois artigos: *Coleta seletiva na cidade de São Paulo: serviços públicos urbanos sob a lógica neoliberal*, de Gustavo Setsuo

Hidaka e Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias, análise que evidencia a sobredeterminação do neoliberalismo sobre as ações de gestão pública. Por fim, em *Um sonho à venda: a comercialização dos imóveis do PMCMV – faixa 1*, as autoras Sara Raquel Fernandes Q. Medeiros, Carina Chaves e Mariana Fernandes Freitas comparam três municípios com escalas habitacionais distintas, mas sob a agenda do poder público mobilizado pela ideologia da casa própria.

Enfim, o que os leitores encontrarão neste número, tal como previsto, são os multifacetados rebatimentos das redes digitais nas ciências sociais, sempre alimentados pela capacidade crítica para enxergar e mesmo denunciar as contradições e ambivalências de que se fazem acompanhar.

*Lucia Santaella* [1]  
Organizadora

[1] <https://orcid.org/0000-0002-0681-6073>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo, SP/Brasil.  
lbraga@pucsp.br